



Prefeitura da Cidade de São Paulo

# Auto de Licença de Funcionamento

**DADOS DA LICENÇA**

NÚMERO: 20190010024744 DATA DE EMISSÃO: 28/02/2019 DATA DE VALIDADE: Indeterminada

**DADOS DO CADASTRO DO IMÓVEL**

ENDEREÇO: R VICENTE DE CARVALHO, 77, 79

BAIRRO: Cambuci

CEP: 01521-020

CIDADE-UF: SÃO PAULO - SP

PREFEITURA REGIONAL: SE

ÁREA CONSTRUÍDA: 200,00 m<sup>2</sup>

ÁREA ESTABELECIMENTO: 120,00 m<sup>2</sup>

SQL: 004.065.0011-8 (Principal)

**ZONA(S):**

ZM - ZONA MISTA

**DADOS DA EMPRESA / ESTABELECIMENTO**

CNPJ: 32.830.196/0001-38 REGISTRO: 35630293766 CCM: 6.196.268-6

RAZÃO SOCIAL: EVOLUCAO VET EQUIPAMENTOS VETERINARIOS - EIRELI

**ATIVIDADES**

CNAE: 4669-9/99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças

Versão CNAE: 2.2

RISCO: BAIXO

**GRUPO DE ATIVIDADE NR:**

nR2-2: Comércio especializado;

**ATIVIDADE(S):**

Comércio de máquinas em geral, e seus acessórios, peças e equipamentos

**RESPONSÁVEL PELA SOLICITAÇÃO DE LICENCIAMENTO**

RESPONSÁVEL PELO PEDIDO: MARINALVA LIMA PIMENTEL FRANCO

CPF: 315.401.805-06

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 2019.0.015.745-0

**AUTENTICIDADE**

CNPJ: 32.830.196/0001-38 NÚMERO DA LICENÇA: 20190010024744 CÓDIGO DE AUTENTICIDADE: CR1fWQ3FXJ00CD0r

LICENÇA:





# Prefeitura da Cidade de São Paulo

## Auto de Licença de Funcionamento

### ANÁLISE DE VIABILIDADE

CNAE: 4669-9/99

STATUS DA ANÁLISE: Passível

DATA DA ANÁLISE: 07/01/2019

#### RESTRIÇÕES:

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de radiação Faixa de frequência (0Hz à 300GHz) = 4B(b) 4B(b) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas em vigor, sendo que o Executivo poderá estabelecer parâmetros mais restritivos de radiação eletromagnéticas não ionizantes.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de gases, vapores e material particulado (e) = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor. 4B(e) Quando necessário a CETESB recomenda instalar e operar sistema de controle de poluição do ar baseado na melhor tecnologia.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Emissão de odores = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Vibração associada = 4B(a) 4B(a) Aplicam-se a legislação pertinente e as normas técnicas brasileiras - ABNT em vigor.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 22h-7h = Emissão máxima de 50 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 19h-22h = Emissão máxima de 55 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

Grupo de Atividade [nr2-2: Comércio especializado;] PASSÍVEL: Permitida a instalação da atividade no imóvel em questão em função da zona de uso.

Atividade passível de instalação no local, conforme disposições da legislação urbanística municipal em vigor.

Imóvel informado está inserido na Macroárea de Estruturação Metropolitana - MEM. Verificar a existência de lei específica para a região informada, nos termos do §3º do art. 76 da Lei nº 16.050/14.

Quadro 4B - Parâmetros de incomodidade por zona : Zona [ZM]: Nível Critério de Avaliação (NCA) para ambiente externo dB(A) (c) (d) (f): Emissão ruído 7h-19h = Emissão máxima de 60 dB 4B(c) No caso dos aeroportos aplica-se o nível de ruído conforme norma técnica específica. 4B(d) Poderão incidir parâmetros especiais e mais restritivos nos termos §2º do artigo 113 desta lei. 4B(f) Para atividade de local de culto, nos feriados, sábados a partir das 14h e nos domingos, os parâmetros relativos a ruídos referentes ao período das 7h às 19h passam a valer também para os períodos das 6h às 7h e das 19h às 22h, permanecendo inalterados os parâmetros referentes ao período das 7h às 19h e das 22h às 7h.

GRUPO DE ATIVIDADE NR: nr2-2

STATUS DA ANÁLISE: Passível

#### RESTRIÇÕES:

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nr2-2]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para caminhão: Acima de 4.000m² de área construída computável (d) = Não há exigência de número mínimo de vagas Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espreiadas - Chucri Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro). 4A(d) Para empreendimentos não residenciais acima de 10.000m² (dez mil metros quadrados) de área construída computável, as vagas para caminhão podem ser compartilhadas com os veículos fretados.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nr2-2]: Espaço para carga e descarga (c): Número de vagas para utilitário = Mínimo de 1 vaga e 1 vaga adicional a cada 4.000 m² de área construída computável Obs: 4A(c) Não se exige vaga para carga e descarga nos lotes com área até 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados), exceto em lotes localizados na Macroárea de Urbanização Consolidada e nos seguintes setores e subsetores da Macroárea de Estruturação Metropolitana: I. Subsetores Arco Tietê, Arco Pinheiros e Arco Faria Lima - Águas Espreiadas - Chucri Zaidan do Setor Orla Ferroviária e Fluvial. II. Setor Central (Operação Urbana Centro).

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nr2-2]: Vestiário para usuários de bicicleta (b) = Se aplica essa condição de instalação Obs: 4A(b) De acordo com o Código de Obras e Edificações.

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nr2-2]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m²) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de bicicletas = Mínimo de 1 vaga a cada 250 m² de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEU, ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m² (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas.



## Prefeitura da Cidade de São Paulo

# Auto de Licença de Funcionamento

Quadro 4A - Condições de instalação por subcategoria de uso, grupos de atividade e usos específicos : Grupo de Atividade [nR2-2]: Número mínimo de vagas por área construída computável (em m<sup>2</sup>) ou por número de unidades habitacionais (UH) (a): Vagas de automóveis (e)(f) = Mínimo de 1 vaga a cada 50 m<sup>2</sup> de área construída computável Obs: 4A(a) Não se aplica nas zonas de uso ZEUA, ZEUP, ZEUPa, ZEM, ZEMP e nos usos não residenciais em lotes com área inferior a 250m<sup>2</sup> (duzentos e cinquenta metros quadrados) em todas as zonas. 4A(e) Para Serviços de Armazenamento e Guarda de Bens Móveis das subcategorias de uso nR1, nR2 e nR3, o número mínimo de vagas de automóveis exigido será calculado com base na área construída computável destinada à permanência humana. 4A(f) Quando exigido o número mínimo de vagas de automóveis, este deverá ser acrescido do número de vagas especiais conforme definido no Código de Obras e Edificações.

### DETALHAMENTO

A Prefeitura de São Paulo expede o presente Auto de Licença de Funcionamento para empreendimentos de baixo risco, nos termos do Decreto Municipal 57.299/2016, devendo ainda serem observadas as legislações estadual e federal pertinentes.

#### DECLARAÇÕES:

Declaro, sob as penas da Lei: - que os dados informados neste formulário e os dados relativos à edificação são verdadeiros, não havendo impedimentos de terceiros, e de qualquer ordem, no tocante a sua utilização, e que a inexatidão, irregularidade ou falsidade na prestação das informações relativas ao licenciamento eletrônico sujeitará o responsável, juntamente com as demais pessoas que derem causa, às penalidades administrativas, civis e criminais cabíveis; - que a atividade atende às exigências legais, gerais e especiais, relativas ao seu exercício, e que o simples protocolo do pedido de licença por qualquer meio não autoriza o funcionamento da atividade, nos termos do art. 18 do Decreto Municipal nº 57.299/16; - estar ciente de que a Prefeitura do Município de São Paulo não se responsabiliza por requerimentos via Internet não recebidos por motivo de ordem técnica dos computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação ou outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência de dados, bem como informações de endereço incorretas, incompletas ou por falha na entrega de mensagens eletrônicas causadas por endereço eletrônico incorreto ou por problemas do provedor de acesso do requerente.

Declaro estar ciente que a obtenção do Auto de Licença de Funcionamento para empreendimentos de baixo risco não substitui as demais licenças e autorizações necessárias e não substitui qualquer documento expedido pela PMSP relativo à regularidade da edificação.

Declaro que o estabelecimento atende todos os requisitos legais, dentre os quais aqueles relacionados à manipulação de materiais tóxicos, explosivos e que possam causar algum tipo de contaminação, nos termos do art 4º do Decreto Municipal nº 57.298/2016, bem como atende aos requisitos legais nos casos de atividades em imóveis em que sejam armazenados ou utilizados líquidos combustíveis.

Declaro que, caso o estabelecimento seja ocupado por mais de uma atividade não residencial, e, não seja possível diferenciar os parâmetros aplicáveis a cada uso, serão atendidas as condições de instalação da atividade mais restritiva, nos termos do §2º do art. 112 da Lei Municipal nº 16.402/2016 e que, caso ocorram alterações referentes ao tipo ou características da atividade, do Cadastro de Contribuintes Imobiliários - CCM, da razão social do estabelecimento - CNPJ, ou quando houver modificações na edificação utilizada ou por exigência legal, o Auto de Licença de Funcionamento deverá, obrigatoriamente, ser renovado, nos termos da Lei Municipal nº 10.205/1986.

Declaro que a(s) cópia(s) digitalizada(s) da(s) Anotação(ões) de Responsabilidade Técnica (ART(s)) ou do(s) Registro(s) de Responsabilidade Técnica (RRT(s)) anexada(s) ao sistema e emitida(s) em conformidade com as exigências dos órgãos de classe refere(m)-se ao estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade, conforme descrito no Decreto nº 57.299/2016.

Declaro que, caso o empreendimento esteja instalado em edificação não regular de acordo com as definições da legislação edilícia, serão asseguradas as condições de higiene, segurança de uso, estabilidade, habitabilidade da edificação, assim como as condições de instalação e os parâmetros de incomodidade, conforme disposto no Art. 133 da Lei Municipal nº 16.402/2016. Declaro ainda que o imóvel não está situado em non aedificandi, de risco geológico-geotécnico ou de preservação ambiental permanente, e que a edificação não invade logradouro ou terreno público, nem tampouco é objeto de ação judicial promovida pelo Município de São Paulo, objetivando a sua demolição.

Declaro que mantenho em meu poder e à disposição da fiscalização, a Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) ou Registro de Responsabilidade Técnica (RRT), anexadas a esta solicitação, bem como a cópia da carteira do responsável técnico no Conselho de Classe, que atestam as condições de segurança, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, equipamentos e instalações prediais, elétricas e de gás da edificação, e que o imóvel se encontra estável, inclusive com relação a coberturas, nos termos dos incisos II e III do Art. 12 do Decreto Municipal nº 57.299/2016, e em satisfatórias condições de segurança, e que, com base na legislação edilícia, nos casos em que há obrigatoriedade do sistema de segurança, o controle da manutenção do referido sistema será realizado de acordo com as normas técnicas em vigor e possuo os respectivos documentos municipais comprobatórios das condições de segurança e acessibilidade.

Declaro que estou ciente que não é permitida a utilização das edificações para usos não residenciais quando o lote resultante de aprovação de empreendimentos enquadrados na subcategoria de uso R2h-1 (casas geminadas) não atender às dimensões e a área mínimas do Quadro 2A da Lei Municipal nº 16.402/2016, conforme art. 16 do Decreto Municipal nº 57.521/2016.

Declaro que, caso o estabelecimento tenha utilizado benefícios estabelecidos em legislação específica para a atividade declarada, esta está em acordo com as exigências previstas no momento da aprovação do projeto.

Declaro que o conhecimento e a concordância das demais declarações não exime da observância da legislação pertinente ao tema, assim como dos procedimentos e penalidades decorrentes de seu não atendimento, e que estou ciente que o Auto de Licença deverá ser afixado permanentemente no acesso principal do estabelecimento, em posição visível para o público, conforme disposto no Art. 140 da Lei Municipal nº 16.402/2016.



Prefeitura da Cidade de São Paulo

# Auto de Licença de Funcionamento

Declaro que o estabelecimento não possui 120 (cento e vinte) vagas de estacionamento ou mais e está localizado em Área Especial de Tráfego (AET) ou 280 (duzentas e oitenta) vagas de estacionamento ou mais, localizado nas demais áreas do Município, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal nº 16.402/16.

Declaro que o empreendimento é permanente e não atrai ou produz grande número de viagens ao longo do dia e/ou por período determinado, causando impacto no sistema viário e de transporte, podendo comprometer a acessibilidade, a mobilidade e a segurança de veículos e pedestres, nos termos dos art. 108 e 109 da Lei Municipal nº 16.402/16.

Declaro que o estabelecimento não se enquadra como atividade secundária ou complementar, nos termos do art. 33 do Decreto Municipal nº 49.969/08.

Declaro que o estabelecimento no qual se pretende instalar a atividade não é atividade enquadrada como Empreendimento Gerador de Impacto de Vizinhança ou como Empreendimento Gerador de Impacto Ambiental, nos termos do art. 108 da Lei Municipal nº 16.402/16.

**CONDIÇÕES:**

Emitido eletronicamente

COORDENADORIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE - COVISA - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SMS: Esta atividade é válida para todos os fins legais e está dispensada da licença da Coordenadoria de Vigilância em Saúde - COVISA, vinculada à Secretaria Municipal da Saúde.

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DE QUALIDADE AMBIENTAL-2 / GRUPO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DE IMPACTO AMBIENTAL DE ATIVIDADES INDUSTRIAIS (GTAIA-IND) SECRETARIA MUNICIPAL DO VERDE E MEIO AMBIENTE - SVMA: Esta atividade está dispensada da licença ambiental gerida pelo Departamento de Controle da Qualidade Ambiental - DECONT, vinculado à Secretaria do Verde e do Meio Ambiente - SVMA. Entretanto, a atividade poderá estar sujeita ao licenciamento pelo órgão ambiental competente, e por tal questão esta licença municipal não exclui a obrigatoriedade de obter a licença junto a Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental (CETESB).

## DVZ 166 - alvará sanitário - dúvida

Adriana Midori Nakanishi <amnakanishi@PREFEITURA.SP.GOV.BR>

Qui, 30/01/2020 19:25

**Para:** valdemir@evolucaopet.com.br <valdemir@evolucaopet.com.br>

**Cc:** financeiro.evolucaopet@outlook.com <financeiro.evolucaopet@outlook.com>

Boa noite, Valdemir.

Agradecemos o contato com a nossa unidade.

Informamos que a atividade de distribuição de equipamentos veterinários permanentes não é passível de licença sanitária conforme a Portaria 2215/2016-SMS.G, Anexo I, Grupo III, prestação de serviços veterinários.

Atenciosamente,

---

## Divisão de Vigilância de Zoonoses de São Paulo

Centro Colaborador da OPAS/OMS em treinamento e pesquisa em zoonoses urbanas

Coordenadoria de Vigilância em Saúde - COVISA

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

R. Santa Eulália, 86 - Santana - São Paulo/SP - CEP 02031-020

Tel: + 55 (11) 3397-8900 / 3397-8901

Fax: + 55 (11) 3397-8998

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/zoonoses>

---

**De:** valdemir@evolucaopet.com.br [mailto:valdemir@evolucaopet.com.br]

**Enviada:** quarta-feira, 22 de janeiro de 2020 15:03

**Para:** Divisão de Vigilância de Zoonoses

**Assunto:** A/C Vistoria

**Importância:** Alta

Boa tarde Srs(A)

Somos distribuidores de equipamentos veterinários atuando com fornecimento para órgãos públicos e federais inclusive fornecendo diversos itens para o centro de zoonoses da prefeitura de São Paulo, solicito um esclarecimento sobre a exigibilidade de Alvará Sanitário para empresas do seguimento de distribuição de equipamentos veterinários permanentes sendo que alguns editais em seu anexos exigem tais documentos creio que copiando textos de editais direcionando a linha humana... Desde já agradeço!

Empresa: Evolução Pet Com de Equipamentos para Banho/Tosa e Veterinária Eireli

CNPJ: 11.395.850/0001-52

Site: [www.evolucaopet.com.br](http://www.evolucaopet.com.br)

Atenciosamente,

Valdemir Franco

Gerente Administrativo

Fone: (11) 2359-0062

Cel: (11) 972-976-994

Site: [www.evolucaopet.com.br](http://www.evolucaopet.com.br)



---

#### IMPORTANTE

Esta mensagem, incluindo qualquer anexo, é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e/ou legalmente protegida. Se você não for o destinatário desta mensagem, por favor, não divulgue, copie, distribua, examine ou, de qualquer forma, utilize a informação aqui contida, por ser ilegal. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este e-mail, e elimine seu conteúdo em sua base de dados, registros ou sistema de controle.

This message, including any attachment, is intended exclusively for the person(s) to whom it is addressed, and may contain confidential and / or legally protected information. If you are not the recipient of this message, please do not disclose, copy, distribute, examine or, in any way, use the information contained herein, as it is illegal. If you have received this message in error, we ask that you return this email to us and delete your content in your database, records or control system.



Agrotóxicos

Alimentos

Cosméticos

Embarcações

Farmácias e  
DrogariasInsumos  
farmacêuticos

Medicamentos

Portos,  
Aeroportos e  
FronteirasProdutos para a  
saúde

Saneantes

Tabaco

**ATUAÇÃO**

Regulamentação

Registros e  
AutorizaçõesFiscalização e  
Monitoramento**3. Quem precisa de Autorização de Funcionamento?****4. Quem NÃO precisa de Autorização de Funcionamento?**

I - Comércio varejista de produtos para saúde de uso leigo\*

II - Filiais que exercem exclusivamente atividades administrativas, sem armazenamento, desde que a matriz possua AFE

III - Comércio varejista de cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes

IV – Empresas que exercem exclusivamente atividades de fabricação, distribuição, armazenamento, embalagem, exportação, fracionamento, transporte ou importação de matérias-primas, componentes e insumos não sujeitos a controle especial, destinados à fabricação de produtos para saúde, cosméticos, produtos de higiene pessoal, perfumes e saneantes

V – Empresas que realizam exclusivamente a instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde

VI - Empresas que realizam exclusivamente a instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para saúde estão dispensadas de ter AFE. Nesse caso, elas precisam da licença sanitária, emitida pelo órgão de vigilância sanitária local.

- A Anvisa não concede AFE para a execução de atividades relacionadas aos produtos fumígenos, derivados ou não do tabaco.
- A Anvisa não emite AFE para empresas na área de alimentos. Todo estabelecimento na área de Alimentos deve ser previamente licenciado pela autoridade sanitária competente estadual, distrital ou municipal, mediante a expedição de licença ou alvará. Para isso, o interessado deve dirigir-se ao órgão de vigilância sanitária de sua localidade a fim de obter informações sobre os documentos necessários e a legislação sanitária que regulamenta os produtos e a atividade pretendida.

**5. Qual a obrigatoriedade de Autorização de Funcionamento para atacadistas e varejistas?****6. Quais as formas de divulgação do resultado das petições relacionadas à Autorização de Funcionamento de Empresa?**

# LEGISLAÇÃO RELACIONADA AOS PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Brasília, DF / 2012



MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO  
SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA  
DEPARTAMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS PECUÁRIOS

# LEGISLAÇÃO RELACIONADA AOS PRODUTOS DE USO VETERINÁRIO

Brasília, DF  
2012

© 2012 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Todos os direitos reservados.  
É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.  
A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens desta obra é do autor.

Tiragem: WEB

Ano 2012

**Elaboração, distribuição, informações:**

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO

Secretaria de Defesa Agropecuária

Departamento de Fiscalização de Insumos Pecuários

Coordenação de Fiscalização de Produtos Veterinários

Esplanada dos Ministérios, Bloco D, 4º andar, anexo A sala 439

CEP: 70043-900, Brasília – DF

Tel.: (61) 3218-2611

Fax.: (61) 3323-5936

[www.agricultura.gov.br](http://www.agricultura.gov.br)

e-mail: [dfip@agricultura.gov.br](mailto:dfip@agricultura.gov.br)

Central de Relacionamento: 0800 704 1995

Coordenação Editorial: Assessoria de Comunicação Social

**Equipe Técnica**

Maralice Aparecida Batista de Oliveira Cotta

Catálogo na Fonte  
Biblioteca Nacional de Agricultura – BINAGRI

---

Brasil. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Legislação relacionada aos produtos de uso veterinário / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Defesa Agropecuária. – Brasília: MAPA/ACS, 2012. 401 p.

ISBN 978-85-7991-067-8

1. Produtos de uso veterinário – Legislação. Agricultura. 2. Resíduo. 3. Poluente. I. Secretaria de Defesa Agropecuária. II. Departamento de fiscalização de insumos pecuários. III. Título.

AGRIS Q03  
CDU 631.879

---

# SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>DECRETO LEI .....</b>	<b>10</b>
<b>DECRETO-LEI Nº 467, DE 13 DE FEVEREIRO DE 1969 .....</b>	<b>11</b>
Dispõe sobre a fiscalização de produtos de uso veterinário, dos estabelecimentos que os fabricam e dá outras providências.....	11
<b>DECRETO.....</b>	<b>13</b>
<b>DECRETO Nº 5.053, DE 22 DE ABRIL DE 2004 .....</b>	<b>14</b>
Aprova o Regulamento de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem, e dá outras providências.....	14
<b>INSTRUÇÕES NORMATIVAS .....</b>	<b>55</b>
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 4, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2008 ...</b>	<b>56</b>
Aprova as Normas Técnicas para a Fiscalização da Produção, Controle, Comercialização, Modo de Utilização de Produtos Uso Veterinário destinados a diagnosticar Doenças dos Animais. ....	56
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 5, DE 28 DE MARÇO DE 2012.....</b>	<b>61</b>
Estabelecer o regulamento técnico de biossegurança para manipulação do Vírus da Febre Aftosa .....	61
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 6, DE 28 DE MARÇO DE 2012.....</b>	<b>92</b>
Definir os critérios a serem cumpridos para fins de concessão de renovação de licença de produtos veterinários importados.....	92
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 7, DE 10 DE MARÇO DE 2006.....</b>	<b>93</b>
Aprova o regulamento técnico para a produção, o controle e o uso de vacinas e diluentes para uso na avicultura.....	93

<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 10, DE 27 DE ABRIL 2001 .....</b>	<b>112</b>
Proíbe do uso de substâncias anabolizantes em bovinos. ....	112
 <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 11, DE 8 DE JUNHO DE 2005 .....</b>	 <b>115</b>
Aprova o Regulamento Técnico para Registro e Fiscalização de Estabelecimentos que Manipulam Produtos de Uso Veterinário e o Regulamento de Boas Práticas de Manipulação de Produtos Veterinários (Farmácia de Manipulação). ....	115
 <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 13, DE 3 DE OUTUBRO DE 2003 .....</b>	 <b>159</b>
Aprova o Regulamento de Boas Práticas de Fabricação de Produtos de Uso Veterinário e o Glossário.....	159
 <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 15, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2004 .....</b>	 <b>184</b>
Aprova as Normas para produção e controle de qualidade da vacina contra a brucelose e antígenos para diagnóstico da brucelose.....	184
 <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 15, DE 9 DE MAIO DE 2005 .....</b>	 <b>191</b>
Aprova o Regulamento Técnico Para Testes de Estabilidade de Produto Farmacêutico de Uso Veterinário.....	191
 <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 23, DE 18 DE MARÇO DE 2002 .....</b>	 <b>196</b>
Aprova o Regulamento Técnico para Produção, Controle e Emprego de Vacinas Contra o Botulismo.....	196
 <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 25, DE 20 DE AGOSTO DE 2008.....</b>	 <b>201</b>
Aprova o Regulamento Técnico Para Fabricação de Partida-Piloto de Produto Biológico de Uso Veterinário.....	201
 <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 26, DE 16 DE SETEMBRO DE 2005 .....</b>	 <b>205</b>
Aprova o Regulamento Técnico para Elaboração de Partida-Piloto de Produto de Uso Veterinário de Natureza Farmacêutica . ....	205
 <b>INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 26, DE 9 DE JULHO DE 2009 .....</b>	 <b>209</b>
Aprova o Regulamento Técnico para a Fabricação, o Controle de Qualidade, a Comercialização e o Emprego de Produtos Antimicrobianos de Uso Veterinário. ....	209

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 29, DE 14 DE SETEMBRO DE 2010 .....219**

Estabelece os procedimentos para a importação de produtos destinados à alimentação animal e a uso veterinário, visando garantir a segurança e a rastreabilidade na sua comercialização no Brasil, bem como os modelos de formulários de requerimentos constantes dos Anexos I, II, III e IV. .... 219

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 31, DE 20 DE MAIO DE 2003 .....238**

Aprova o Regulamento Técnico para Produção, Controle e Emprego de Vacinas Autógenas. .... 238

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 36, DE 7 DE JUNHO DE 2002..... 248**

Torna obrigatória a venda sob prescrição de Médico Veterinário para lista de produtos farmacêuticos de uso veterinário (substâncias controladas). .....248

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 37, DE 8 DE JULHO DE 1999 .....251**

Produtos dispensados de registro. .... 251

**INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 40, DE 30 DE JUNHO DE 2008...255**

Dispõe sobre a importação de animais, vegetais, seus produtos, derivados e partes, subprodutos, resíduos de valor econômico e dos insumos agropecuários constantes do Anexo desta Instrução Normativa, que atenderá aos critérios regulamentares e aos procedimentos de fiscalização, inspeção, controle de qualidade e sistemas de análise de risco, fixados pelos setores competentes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA e observarão as normas para registro no SISCOMEX. .... 255

**INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 41, DE 30 DE AGOSTO DE 2011 258**

Alterar os arts. 14 e 15 do Anexo I da Instrução Normativa nº 26, de 09 de julho de 2009. .... 258

**INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 48, DE 28 DE DEZEMBRO DE 2011 ..... 259**

Proíbe em todo o território nacional o uso em bovinos de corte criados em regime de confinamentos e semi-confinamentos, de produtos antiparasitários que contenham em sua formulação princípios ativos da classe das avermectinas. .... 259

**INSTRUÇÃO NORMATIVA MAPA Nº 50 DE 23 DE SETEMBRO DE 2008..... 259**

Aprova o Regulamento Técnico para a Produção, Controle de Qualidade, Comercialização e Emprego de Vacinas Contra a Febre Aftosa. .... 259

<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 69, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2002.....</b>	<b>271</b>
Selagem para vacinas contra a raiva dos herbívoros.....	271
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA SDA Nº 229, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1998.....</b>	<b>272</b>
Autoriza o uso de Selo de Garantia nos frascos ampolas da vacina contra febre aftosa e determina outras providências. ....	272
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL .....</b>	<b>274</b>
<b>INSTRUÇÃO NORMATIVA INTERMINISTERIAL MAPA/MS Nº 31, DE 9 DE JULHO DE 2007 .....</b>	<b>275</b>
Aprova o Regulamento Técnico para pesquisa, desenvolvimento, produção, avaliação, registro e renovação de licenças, comercialização e uso de vacina contra a Leishmaniose Visceral Canina.....	275
<b>PORTARIAS .....</b>	<b>280</b>
<b>PORTARIA DDA Nº 3, DE 11 DE JUNHO DE 1993.....</b>	<b>281</b>
Aprova a Instrução Normativa Nº 001 de 11.06.93, que dispõe sobre a colheita e remessa de amostras de produtos biológicos para controle de qualidade.281; Dispõe sobre a colheita e remessa de amostras de produtos biológicos para controle de qualidade.....	281
<b>PORTARIA SDA Nº 17, DE 12 DE JANEIRO DE 2007.....</b>	<b>285</b>
Institui a Comissão de Biossegurança para o Vírus da Febre Aftosa e designa seus membros.....	285
<b>PORTARIA SDA Nº 48, DE 12 DE MAIO DE 1997 .....</b>	<b>286</b>
Aprova como anexo o Regulamento Técnico a ser observado na produção, no controle e no emprego de antiparasitários de uso veterinário. ....	286
<b>PORTARIA SDA Nº 49, DE 12 DE MAIO DE 1997 .....</b>	<b>310</b>
Aprova o Regulamento Técnico para Produção, Controle e Emprego de Vacinas contra o Carbúnculo Sintomático, Gangrena Gasosa, Enterotoxemia e Tétano.....	310
<b>PORTARIA SDA Nº 64, DE 18 DE MARÇO DE 1994 .....</b>	<b>315</b>
Aprova as Instruções sobre Normas para Produção e Controle de Tuberculina PPD. ....	315



<b>PORTARIA SDA Nº 74, DE 11 DE JUNHO DE 1996 .....</b>	<b>324</b>
Aprova os Roteiros para Elaboração de Relatórios Técnicos Visando o Registro de Produtos: Biológicos, Farmacêuticos, Farmoquímicos e de Higiene e/ou Embelezamento de Uso Veterinário. ....	
<b>PORTARIA DNPA Nº 88, DE 3 DE DEZEMBRO DE 1975 .....</b>	<b>339</b>
Aprova as Instruções a serem observadas na produção e comercialização de vacinas contra o carbúnculo hemático. ....	
<b>PORTARIA MA Nº 228, DE 25 DE OUTUBRO DE 1988 .....</b>	<b>341</b>
Aprova as Instruções Referentes ao Controle da Produção e Comercialização de Vacinas e Soro anti-rábicos para uso veterinário. ....	
<b>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 1.426, DE 11 DE JULHO DE 2008 .</b>	<b>350</b>
Proíbe, em todo o território nacional, o tratamento da leishmaniose visceral em cães infectados ou doentes, com produtos de uso humano ou produtos não-registrados no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).....	
<b>ATOS .....</b>	<b>353</b>
<b>ATO Nº 4, DE 24 DE ABRIL DE 2007 .....</b>	<b>354</b>
Procedimento para Preenchimento e Encaminhamento do Formulário de Solicitação, Alteração ou Cancelamento de Registro de Produtos de Uso Veterinário .....	
<b>ATO Nº 7, DE 04 DE SETEMBRO DE 2006.....</b>	<b>357</b>
Roteiro para Inspeção de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Veterinários de Natureza Biológica.....	
<b>ATO Nº 10, DE 16 SETEMBRO DE 2005 .....</b>	<b>378</b>
Roteiro para Inspeção de Boas Práticas de Fabricação de Produtos Veterinários de Natureza Farmacêutica. ....	

Considerando a definição constante do parágrafo único do art. 1º do Decreto - Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969, que diz: " Entende-se por produtos de uso veterinário, para efeito deste Decreto - Lei todos os preparados de fórmula simples ou complexa, de natureza química, farmacêutica, biológica ou mista, com propriedades definidas e destinadas a prevenir, diagnosticar ou curar doenças dos animais, ou que possam contribuir para a manutenção da higiene animal";

Considerando o disposto no art. 1º do Regulamento da Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem e/ou Comerciem, que diz: " Todo produto veterinário deverá ser registrado junto ao Departamento de Defesa Animal da Secretaria de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, segundo as normas estabelecidas no presente Regulamento";

Considerando ainda as dúvidas suscitadas quanto a obrigatoriedade do registro de algumas categorias de produtos de acordo com o estabelecido no Decreto - Lei nº 467, de 13 de fevereiro de 1969 resolve:

Art. 1º Por não se enquadrarem na definição constante das normas legais referidas no art. 1º, do citado Regulamento por não se destinarem a prevenir, diagnosticar ou curar doenças dos animais e por não terem ação sobre agentes patógenos que acometem os animais e que não ofereçam riscos ao meio ambiente, a saúde animal e humana, ficam dispensados de registro os seguintes produtos:

- I – Produtos de uso exclusivo para embelezamento e desprovidos de ação profilática e terapêutica, apresentados sob a forma de xampus, sabões, sabonetes, condicionadores, talcos, loções, pastas, gel, líquidos concentrados líquidos premidos e outros assemelhados;
- II – Instrumental cirúrgico, materiais para suturas, gases, gesso, bandagem elástica, pensos, esparadrapo pistolas, seringas e agulhas para injeção, sondas, estetoscópio e aparelhos diversos para o uso em medicina veterinária;
- III – Artigos de seleiro ou de correeiro, para quaisquer animais, incluindo as tre-las, joelheiras, focinheiras, mantas de selas e artigos semelhantes, de couro natural ou reconstituído e de quaisquer outras matérias;
- IV – Areia para deposição de excrementos e/ou micção dos animais;
- V – Artefatos, acessórios e objetos de metal, de plástico, de couro, de madeira, de tecido e de outros materiais destinados a identificação, adestramento e/ou contenção de animais;
- VI – Produtos para aplicação em superfícies como tapetes, cortinas, paredes, muro, móveis, almofadas e assemelhados, destinados exclusivamente a manter os cães e gatos afastados do local em que foram aplicados e desprovidos de ação profilática e terapêutica, apresentados sob a forma de cristais, grânulos, peletes, spray líquidos concentrados, líquidos premidos e outros.

Art. 2º Os textos dos rótulos, rótulos – bulas, bulas, cartuchos, cartuchos – bulas e demais impressos dos produtos de que tratam os incisos I e VI, deverão estar escritos em vernáculo e conterão:

ISBN 978-85-7991-067-8



9 788579 91067 8

## DVZ 166 - alvará sanitário - dúvida

Adriana Midori Nakanishi <amnakanishi@PREFEITURA.SP.GOV.BR>

Qui, 30/01/2020 19:25

**Para:** valdemir@evolucaopet.com.br <valdemir@evolucaopet.com.br>

**Cc:** financeiro.evolucaopet@outlook.com <financeiro.evolucaopet@outlook.com>

Boa noite, Valdemir.

Agradecemos o contato com a nossa unidade.

Informamos que a atividade de distribuição de equipamentos veterinários permanentes não é passível de licença sanitária conforme a Portaria 2215/2016-SMS.G, Anexo I, Grupo III, prestação de serviços veterinários.

Atenciosamente,

---

## Divisão de Vigilância de Zoonoses de São Paulo

Centro Colaborador da OPAS/OMS em treinamento e pesquisa em zoonoses urbanas

Coordenadoria de Vigilância em Saúde - COVISA

Secretaria Municipal da Saúde - SMS

R. Santa Eulália, 86 - Santana - São Paulo/SP - CEP 02031-020

Tel: + 55 (11) 3397-8900 / 3397-8901

Fax: + 55 (11) 3397-8998

<http://www.prefeitura.sp.gov.br/zoonoses>

---

**De:** valdemir@evolucaopet.com.br [mailto:valdemir@evolucaopet.com.br]

**Enviada:** quarta-feira, 22 de janeiro de 2020 15:03

**Para:** Divisão de Vigilância de Zoonoses

**Assunto:** A/C Vistoria

**Importância:** Alta

Boa tarde Srs(A)

Somos distribuidores de equipamentos veterinários atuando com fornecimento para órgãos públicos e federais inclusive fornecendo diversos itens para o centro de zoonoses da prefeitura de São Paulo, solicito um esclarecimento sobre a exigibilidade de Alvará Sanitário para empresas do seguimento de distribuição de equipamentos veterinários permanentes sendo que alguns editais em seu anexos exigem tais documentos creio que copiando textos de editais direcionando a linha humana... Desde já agradeço!

Empresa: Evolução Pet Com de Equipamentos para Banho/Tosa e Veterinária Eireli

CNPJ: 11.395.850/0001-52

Site: [www.evolucaopet.com.br](http://www.evolucaopet.com.br)

Atenciosamente,

Valdemir Franco

Gerente Administrativo

Fone: (11) 2359-0062

Cel: (11) 972-976-994

Site: [www.evolucaopet.com.br](http://www.evolucaopet.com.br)



---

#### IMPORTANTE

Esta mensagem, incluindo qualquer anexo, é destinada exclusivamente para a(s) pessoa(s) a quem é dirigida, podendo conter informação confidencial e/ou legalmente protegida. Se você não for o destinatário desta mensagem, por favor, não divulgue, copie, distribua, examine ou, de qualquer forma, utilize a informação aqui contida, por ser ilegal. Caso você tenha recebido esta mensagem por engano, pedimos que nos retorne este e-mail, e elimine seu conteúdo em sua base de dados, registros ou sistema de controle.

This message, including any attachment, is intended exclusively for the person(s) to whom it is addressed, and may contain confidential and / or legally protected information. If you are not the recipient of this message, please do not disclose, copy, distribute, examine or, in any way, use the information contained herein, as it is illegal. If you have received this message in error, we ask that you return this email to us and delete your content in your database, records or control system.